

## **TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADE/TERRITÓRIOS- HÍBRIDOS E O TRANSTERRITORIAL: ENTRE O CAMPO-CIDADE E O RURAL-URBANO**

### **TERRITORY, MULTITERRITORIALITY/HYBRID-TERRITORIES AND THE TRANSTERRITORIAL : BETWEEN THE CONTRYSIDE-CITY AND THE RURAL-URBAN**

Yago Evangelista Tavares de Souza<sup>1</sup>  
Ghiulia Cabral Martins<sup>2</sup>

**RESUMO:** Existem diferentes concepções acerca do que é campo e cidade, rural e urbano, que tendem a diferenciá-los de formas distintas. Este texto busca trazer uma contextualização sobre território, multiterritorialidade e transterritorial, além de visões sobre o processo de urbanização e industrialização, sob à lógica capitalista, como motores para transformações na sociedade, a fim de tensionar a visão dicotômica entre rural-urbano, campo-cidade e se aproximar de uma abordagem territorial híbrida, que permita analisar enxergar espaços e práticas, como os da agricultura urbana, por exemplo, contemplando suas complexidades e totalidade.

**Palavras-chave:** territórios-híbridos; rural-urbano; agricultura urbana

**Abstract:** There are different conceptions of what is countryside and city, rural and urban, which tend to differentiate them in different ways. This paper aims to define territory, multi-territoriality, and trans-territoriality, as well as aspects of urbanization and industrialization, under the capitalist logic, as engines for transformations in society, in order to tense the dichotomous vision between rural-urban, countryside-city, and approach a hybrid territorial approach, which allows us to analyze spaces and practices, such as those of urban agriculture, contemplating their complexities and totality.

**Keywords:** hybrid-territories; rural-urban; urban agriculture

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), integrante do grupo de estudos de Agricultura Urbana - AUÊ!/UFMG e Bolsista de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação na Fundação João Pinheiro.

Email: yagoevangelista@ufmgbr;

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), integrante do grupo de estudos de Agricultura Urbana - AUÊ!/UFMG, Bolsista da CAPES. Email: ghiuliacabral@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

No Brasil é possível identificar diferentes concepções acerca do que é o campo e a cidade, o rural e o urbano, e de maneira geral se reafirmam leituras que as diferenciam como formas sociais, culturais, políticas, ambientais, econômicas e territoriais distintas. Existem diferentes visões que adotam categorias e dimensões que identificam e reafirmam as diferenciações, tensões e contradições, mas também aquelas em que não consideram essas categorias como tão relevantes para compreender as dinâmicas territoriais na contemporaneidade. Este texto pretende trazer análises confluentes sobre abordagens territoriais “híbridas”, assim como a visão de autores que entendem o processo de urbanização e industrialização, sob uma lógica capitalista, como motores de um processo de transformações profundas na sociedade que modificam as categorias campo e cidade como elementos distintos de uma divisão social, política, econômica e territorial.

Neste artigo faremos uma breve revisão da bibliografia acerca do território e da territorialização e depois avançaremos para exemplos de como esses conceitos podem ser instrumentos para melhorar a nossa compreensão sobre o campo e a cidade e o rural e o urbano.

Neste texto também buscamos questionar e tensionar a percepção dicotômica dos conceitos e abordagens operacionais de rural-urbano e campo-cidade, visto a necessidade de uma abordagem mais ampla — ou híbrida — de análise da produção do espaço e dos territórios brasileiros na contemporaneidade.

As partes do texto a seguir pretendem escalar em complexidade o conceito de território fazendo sempre uma breve introdução com uma revisão bibliográfica ao conceito tratado e trazendo exemplos relativos ao campo que queremos debater, decidimos trazer de forma breve experiências de agricultura pontuais, a fim de ilustrar esse “hibridismo” mencionado no parágrafo a cima e a possibilidade de um novo olhar sobre as relações rural-urbano e campo-cidade. Sendo os primeiros conceitos trabalhados o de Espaço e Território.

## TERRITÓRIO E ESPAÇO

Para podermos trabalhar com a questão territorial no campo-cidade, rural-urbana, primeiro precisamos definir os conceitos de território, territorialidade, multiterritorialidade e transterritorialidade. O território é, por muitas vezes, tratado como sinônimo de Estado. Por alguns geógrafos ou outros cientistas sociais, é muitas vezes posto tendo o mesmo significado que espaço ou região e ambas maneiras de se tratar esse conceito estão incompletas. O território é um conceito intimamente ligado à poder, mas não necessariamente um poder

institucional e estatal, é um poder que se desdobra em diversos sentidos, sendo o primeiro deles o de dominação, e aqui podemos entender o “território estatal”, e o outro é por apropriação, onde podemos entender os “territórios culturais”, ou o território como espaço que é carregado de marcas do viver cotidiano (HAESBAERT, 2007). Por muitas vezes, essa segunda forma de se entender o território se constrói como uma resistência à primeira forma, por outras como uma afirmação.

“O que é território?” Uma das perguntas chave do *Por Uma Geografia do Poder*, do Claude Raffestin (1993), nos conduz em uma busca sobre o que significa, afinal, o território. Raffestin esclarece que o território se forma a partir do espaço, que devemos sempre entender o território como social, onde se há uma construção de nós e redes por sujeitos e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente - por exemplo, pela representação, o ator "territorializa" o espaço.” (Raffestin, 1993, p. 143). Mas o que devemos entender por atores sintagmáticos?

Raffestin (1993) nos dá essa resposta dizendo que é qualquer um ator que tenha um programa. Esses atores sociais podem ser entendidos também como qualquer um que tenha um programa a ser executado ou basicamente qualquer ser humano ou instituição com intuito de fazer algo em algum lugar.

De acordo com Lefebvre, deve-se considerar a dialética socioespacial e o espaço social como um produto social. Dessa forma, devemos entender que o espaço é produzido socialmente, ao mesmo tempo que afeta as relações sociais, podendo servir como um instrumento de pensamento, de ação e de entendimento da sociedade, ao mesmo tempo, sendo um meio de produção, reprodução social e também um meio de controle, de poder e de dominação (LEFEBVRE, 1993). Isso demonstra a mesma dualidade que falamos anteriormente sobre o território, ele pode ser tanto uma representação do poder estatal de planejamento, ou da lógica do capital, como pode ser uma representação da resistência a esse poder.

Uma das questões mais centrais na visão de Lefebvre é o entendimento do espaço como forma de reprodução da lógica capitalista, mas que também pode ser orientador na busca por transformações. De modo que, é na luta cotidiana que Lefebvre identifica as tensões e confronto entre o avanço do espaço abstrato, ou seja, produzido pelo poder econômico e político, sobre o espaço social, da vida cotidiana, das relações e ações entre/dos atores sociais.

como o espaço abstracto tende para a homogeneidade, para a eliminação das diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (produzido) a menos que acentue as diferenças (LEFEBVRE, 1993, p. 52).<sup>3</sup>

É a partir desse tensionamento que surge o espaço diferencial, como o chama Lefebvre, ideia que podemos identificar também como territórios de resistência. A partir dessa reflexão, podemos pensar nos diferentes modos de vida que se mantêm ou aparecem como resistência e/ou alternativa às contradições e desigualdades geradas pela lógica capitalista. É no espaço diferencial que podemos atribuir à agricultura urbana, por exemplo, principalmente se alinhada aos princípios da agroecologia, a potencialidade de produzir outros espaços.

A agroecologia pode ser compreendida como uma ciência, um movimento social e uma prática (WEZEL et al., 2009), portadora de um enfoque teórico-metodológico transdisciplinar baseado no diálogo de saberes que busca promover sistemas agroalimentares sustentáveis. É possível compreendê-la como um projeto societário de transformações sócio-espaciais que direciona para outras formas de relação em sociedade, de organização do trabalho e de relação com os usos dos territórios (SOUZA et al., 2021).

Assim, identificamos como um exemplo de espaço diferencial, ou território de resistência, a prática de *guerrilla gardening*. Jardinagem de Guerrilha é a prática política de plantar onde não necessariamente se tem direito legal de fazer. Tracey (2007) diz que a jardinagem de guerrilha é a autonomia em verde, mas foca na prática que se consolida especialmente no espaço público, espaço público esse que vai ser definido pelo autor como/

let's use "public space" here in its widest sense to mean all the places we as a society share environmentally. This can include private land even if the only access is visual. It would follow that cities, those grand experiments in social living, have a lot of public spaces: parks, streets, lots, fields, industrial sites and more...the firehouse lawn, the gas station shrubbery, the bank building's parking lot (TRACEY, 2007, p. 5).

Então, arriscamos dizer aqui que o “espaço público” é definido quase como qualquer espaço na cidade que esteja de livre acesso ou esteja sendo subutilizado. O autor não faz distinção do que é plantado já que enxerga o ato de plantar nesses espaços por si só como revolucionários. Então, retomando uma última vez ao conceito de jardinagem de guerrilha, gostaria de definir como: qualquer ato de plantar em espaços públicos que se tenha ou não autorização para plantar.

---

<sup>3</sup> Tradução dos autores.

Um exemplo disso é o Parque Ecológico do Brejinho, no bairro São Francisco - Belo Horizonte/MG, que apesar de compreender um “espaço verde”, estava degradado e também havia perdido o que seria sua função de “lazer”. Entretanto, há alguns anos a iniciativa Agroecologia no Brejinho realiza mutirões para a criação de um SAF (Sistema Agroflorestal) no parque, com a intenção de mobilizar moradores e frequentadores do bairro a cuidar da área, plantar e consumir alimentos agroecológicos, e promover trocas de experiências, principalmente sobre educação ambiental.

### **MULTITERRITORIALIDADE E TERRITORIOS-HIBRIDOS**

Quando pensamos em território, a grande questão trazida por Sack (1986) é que a construção de uma territorialidade é muito importante na história humana e que a territorialidade deve ser entendida como uma estratégia espacial, como também define Raffestin (1993), “para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área”. Já o conceito de multiterritorialidade é marcado pela expressão cultural que traz em seu bojo a coexistência e convivência de diferentes formas de territorialidades, ou de diferentes formas de cultura, que podem ou não estar em disputa de poder. Territórios podem se sobrepor sem conflitos, mas é raro que diferentes grupos, com diferentes intencionalidades de poder dividam um mesmo espaço-tempo, um exemplo que podemos dar é de grupos que ocupam uma praça. De manhã um grupo pode trabalhar como feirantes e ocupar praça como um todo, mas de noite um grupo de pessoas pode trabalhar como *food truck* e ocupar o mesmo espaço, mas em tempos diferentes, logo, territórios diferentes. Se eles tivessem que dividir o mesmo espaço-tempo, obviamente, ocorreriam conflitos (CORRÊA, 1992).

Através dos pensamentos de Milton Santos e María Laura Silveira (2001) sobre espaço e território, também é possível fazer uma análise interessante sobre a agricultura urbana. Inicialmente, para o autor, é necessário compreender o território como um híbrido, não apenas como o acúmulo dos sistemas naturais e as construções da sociedade, mas também podendo estabelecer solidariedades, contradições, fluxos e aderindo todos os atores e aspectos. Ao adotar-se um conceito híbrido, entende-se o território usado, ou, espaço habitado, como um conjunto de objetos e ações, marcado pela sua historicidade, mas também pelas relações e ações realizadas sobre ele (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Como aponta Santos (1994, p. 255) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”, ainda para Santos (1994, p. 255) o território até

pode se dar pelas formas ali apresentadas no espaço, mas o território usado, ou o que vamos chamar aqui de territorialidade, “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” ou ainda por Raffestin (1993)

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p.158).

Milton Santos também fala sobre como os lugares tendem a se unir verticalmente, por exemplo, quando créditos internacionais são colocados para países mais pobres a fim de construir redes que funcionam a serviço do capital. Entretanto, existe a possibilidade de uma união horizontal entre os lugares, “podendo ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e consumo” (SANTOS, 1994, p. 260). Assim, segundo o autor, as redes horizontais se formam a partir da proximidade dos lugares:

As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. [...] As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas [...] Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras (SANTOS, 1994, p. 259-260).

Da mesma forma, grupos de agricultores e agricultoras e outros colaboradores têm se unido para propor uma nova forma de produção e consumo, entendendo que comer é um ato político e traz consigo um viés socioambiental. Grupos como estes propõem que precisamos pensar em circuitos curtos de produção, para diminuir tempo de deslocamento, transporte e atravessadores, dessa forma permite-se custos mais baratos e, logo, alimentos mais acessíveis, além de movimentar a economia local. Um exemplo é a Rede Sisal - Circuito de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana, construída por diversos atores e organizações do estado de Minas Gerais, e que atualmente é gestora da CAFA - Centro de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana, localizada em Belo Horizonte.

## O TRANSTERRITORIAL

Ainda através da perspectiva de Milton Santos, também podemos reafirmar a ideia da necessidade de romper com as dicotomias campo-cidade, urbano-rural, etc.

Um exemplo disso é a impossibilidade, hoje, de simplesmente falarmos, como há vinte anos atrás, em dicotomias como cidade/campo, agrícola/industrial etc. Hoje o agricultor pode também ser o homem urbano - o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante - o "bóia-fria" - que é um trabalhador agrícola mas já não é um habitante da zona rural. Os dois mercados de trabalho tendem a se confundir (SANTOS, 1988, p.18).

Um segundo exemplo, e também o oposto do que Milton Santos aponta como bóia-fria, é o que Simoni (2021) fala em relação à pandemia da Covid-19 e os trabalhadores do Rio de Janeiro que migraram para as áreas interioranas, rurais, e como estavam de Home-Office com seus empregos nos centros urbanos, mantinham uma relação urbano-rural única. Ainda um terceiro exemplo sobre isso seria a pessoa que mora no urbano e tem sua ruralidade assentada no trabalho que é plantar e colher, por exemplo, as agricultoras do Rio de Janeiro: Dona Josefa, que produz para venda no seu quintal no Morro Pedra do Sapo no Complexo do Alemão e Dona Evelin, que produz no Quatro Bicas no Complexo da Penha. Ambas têm como atividade principal a agricultura, elas não têm outras ocupações laborais sem ser a roça e a manutenção da casa e estão totalmente imersas em áreas que são urbanas. Haesbaert (2014), fala sobre a ideia de transterritorialidade de alguém que possa recorrer a mais de um circuito territorial sobreposto ao mesmo espaço ao mesmo tempo. Para entender a questão da transterritorialidade, Haesbaert (2014) sugere o debate a respeito das fronteiras.

Assim podemos traçar um paralelo com o debate sobre *fronteiras*. Principalmente, sobre a questão da extensão do tecido urbano-industrial. Para Becker (1991), na ideologia territorial, a fronteira assume o seguinte significado:

Não se resume mais a franjas de povoamento pioneiro em terras 'livres' do espaço físico, e tampouco é puramente um tipo de periferia. Adquire uma dimensão simbólica de âmbito nacional. Incorporando a utopia pioneira e manipulando o espaço, o Estado se apropria e difunde pela mídia o termo fronteira para designar a expansão da sociedade e a integração territorial. Catalisa e reorienta as expectativas e as tensões sociais, desviando-as para os 'espaços vazios' do interior, atribuindo à fronteira a imagem do espaço capaz de oferecer à nação novas oportunidades [...] (BECKER, 1991, p. 49).

Dessa forma, pode-se entender as fronteiras como uma marcação dos conflitos "entre sistemas econômicos e institucionais distintos assim como encontros e mudanças descontínuas e aleatórias" (MONTE-MÓR, 2003, p. 7). E também, com um olhar contemporâneo, pode



trazer além do seu sentido de limite, o espaço de tensão e transformação, ou até de “nova formação”, demarcando diferenças e heterogeneidades, podendo anunciar também “virtualidades a partir do confronto implícito nas velhas dualidades dicotômicas” (MONTE-MÓR, 2003, p. 8).

Francisco de Oliveira aborda em seu texto Estado e o urbano no Brasil (1983), como as heranças do Brasil agroexportador e das monoculturas marcaram os processos do Estado e do urbano no país (OLIVEIRA, 1983). Hoje, a agropecuária é guiada por uma lógica industrial-capitalista e ainda persiste na exploração do solo através de monoculturas em grandes propriedades voltadas para exportação.

Ainda a respeito das fronteiras, quando falamos da fronteira agrícola, por exemplo, podemos refletir sobre essa lógica urbano-industrial-capitalista se expandindo virtual e estruturalmente, criando movimentos sociais de articulação e resistência, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que buscam alternativas à essa expansão, propondo e realizando outras formas de produção e comercialização, também outros modos de vida.

#### **TENSIONANDO AS DICOTOMIAS CAMPO-CIDADE, RURAL-URBANO**

Sobre as transformações causadas pelo processo de urbanização, Singer (1983) e Monte-Mór (2003) apresentam análises do contexto brasileiro de formação sócio-espacial e das relações campo e cidade que tem como base um processo amplo de mudança estrutural a partir das modernizações impulsionadas pelo processo de industrialização do país. Com a modernização da agricultura iniciada na década de 1960, a indústria em processo crescente e a reconfiguração territorial do país nas décadas de 1970 e 1980, se estabelecem novas relações entre campo e cidade, rural e urbano. É possível, nesse momento, fazer uma aproximação com o que Lefebvre designa como sendo o movimento de implosão-explosão das cidades, que se caracteriza pela concentração de pessoas, atividades, riquezas, dentre outros elementos, na realidade urbana – a cidade, e a imensa dispersão e projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos no campo (LEFEBVRE, 1999).

No período pós-industrialização e modernização brasileira, Singer (1983) aponta que a divisão social e econômica entre campo e cidade sofre uma transformação tão ampla que pode duvidar de sua distinção. A população rural passa a se dedicar a funções urbanas e a prática agrícola (industrializada) nada se distingue das demais atividades urbanas. Já Monte-



mór (2003), a partir do seu conceito de urbanização extensiva, faz referência a ideia de superação da dicotomia campo-cidade, argumentando que na etapa contemporânea do capitalismo, a extensão virtual do espaço urbanizado por todo o espaço social caracteriza a atualidade. A urbanização extensiva ultrapassa os limites das cidades, integrando espaços rurais ao contexto hegemônico urbano-industrial a partir das bases materiais e da economia contemporânea.

Constitui-se na atualidade uma sociedade urbano-industrial cada vez mais forte e, conseqüentemente, diversas transformações territoriais são postas em curso. Nesse sentido, a relação urbanidade e ruralidade (como práticas e modos de vida) não desaparece, e sim intensifica-se de forma complexa e fragmentada no território.

Assim, o rural não deixa de existir, mas se transforma a partir da expansão do fenômeno urbano e campo-cidade passam a ter elementos sócio-espaciais semelhantes e híbridos – no sentido das “simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses momentos [agrário, industrial e urbano] coexistem” (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

A relação campo-cidade ou rural-urbano pode ser compreendida na atualidade a partir de uma dialética que encontra no território diferenças, interações e simultaneidades. De certo, cada região e lugar vai apresentar elementos e características que destoam ou não os híbridos, mas sem perder as relações (mais ou menos intensas) com o urbano-industrial (enquanto uma estrutura hegemônica).

Assim, entender as relações cidade-campo, é compreender que o “urbano” e o “rural” são categorias analíticas e operacionais parciais e setorializadas, que a todo momento se colocam em diálogo para superar as separações rígidas e dicotômicas, aproximando-se da totalidade. Logo, são construções postas para que possamos entender a realidade de maneira facilitada, mas não a realidade em si, em toda sua complexidade.

As dinâmicas de produção do espaço urbano, em especial no Brasil, vão fazer que essas fronteiras entre rural e urbano sejam cada vez mais difíceis de identificar, deixando esses sujeitos transterritoriais cada vez mais em evidência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura urbana tem um grande potencial para redefinir a relação entre os cidadãos das cidades e o meio ambiente. Tem sido demonstrado nos trabalhos mais recentes da área que a agricultura urbana pode ser utilizada para aumentar a segurança alimentar, proporcionar oportunidades educacionais e criar oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria do ambiente urbano. Ao fornecer uma plataforma para a formação de relações e redes sociais, a agricultura urbana pode atuar como uma ferramenta para a comunidade local construir um senso de territorialidade ao mesmo tempo que convida os participantes da prática a experimentar e viver outras territorialidades híbridas. Portanto, a agricultura urbana pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento urbano e deve ser mais explorada. O seu desenvolvimento é um processo complexo que é fortemente influenciado por múltiplas territorialidades. É essencial entender como essas territorialidades interagem entre si para melhor informar a política e o projeto urbano.

Fica claro que a agricultura urbana tem o potencial de ser uma força poderosa para o desenvolvimento social e econômico. Este texto demonstrou a importância de compreender essas territorialidades para garantir o sucesso das iniciativas da agricultura urbana e o futuro da pesquisa neste campo.

Este é um tema complexo e multifacetado que requer mais pesquisas para identificar as melhores práticas e estratégias para sua implementação bem sucedida e seu entendimento enquanto prática. Ao reconhecer a importância da agricultura urbana e seu potencial para contribuir para o desenvolvimento dos territórios urbanos, é possível imaginar um futuro onde as cidades sejam mais sustentáveis, equitativas e habitáveis.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, B. 1991. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*. Ano XI, v. 32. São Paulo, NERU, p. 47– 56.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, p. 35-41, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. 1999 [1970]. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG.



LEFEBVRE, H. 1993. *The production of space*. Oxford: Blackwell. 3a. edição na língua inglesa.

MONTE-MÓR, R.L. 2003. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L.B. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, p. 260 - 271.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. "O retorno do território". In Milton Santos; Maria Adélia A. Souza, e Maria Laura Silveira (org.), *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994

SANTOS, M. 1988. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC. Paisagem e espaço.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMONI, J. C. D. RELAÇÕES URBANO-RURAIIS E ESPACIALIDADES PANDÊMICAS: reflexões preliminares a partir do caso fluminense. *Ensaio De Geografia*, 7(13), 57-68. <https://doi.org/10.22409/eg.v7i13.48203> 2021.

SINGER, Paul. 1983. *Economia Política da Urbanização*. 9a ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

HAESBAERT, R. *Viver no Limite*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2014

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, n. 17, Niterói, 2007

OLIVEIRA, F. O. Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, no. 6, 1983

TRACEY, David. *Guerrilla gardening: a manual*. New Society Publishers, 2007.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

Submetido em 11/01/2022 - Aceito em 24/01/2022